



No segundo painel, especialistas discutiram crescimento planejado, integração das 35 regiões administrativas e da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (Ride) e medidas para garantir mais qualidade de vida aos seus moradores

Planejar o futuro da capital

» ANA CAROLINA ALVES
» LETÍCIA MOUHAMAD
» PAULO GONTIJO
» RAFAELA BOMFIM*

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



Com foco no planejamento, inovação e qualidade de vida, o segundo painel reuniu representantes da administração pública e da área acadêmica para discutir as mudanças e avanços da capital e os caminhos para transformar crescimento em desenvolvimento com inclusão e infraestrutura.

À frente do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, o administrador Todi Moreno ressaltou a importância do espaço para a qualidade de vida da população e destacou sua dimensão. “O Parque da Cidade é o maior parque urbano da América Latina, são 420 hectares. Nós temos, em média, 18 mil pessoas por dia, às vezes, a gente bate 700 mil pessoas no mês. Tem eventos que chegam a 80 mil pessoas”, disse. Para ele, o local é um símbolo de democratização. “É um parque muito democrático, um parque de todos, da classe A à classe D, sem excluir ninguém”, destacou.

Ao abordar os desafios da gestão, ele chamou atenção para a necessidade de equilibrar preservação e modernização. “O parque precisa ser planejado, precisa ser renovado, mas não pode perder a sua essência”, afirmou. Segundo ele, qualquer intervenção depende de aprovação de diferentes instâncias. “Tudo que se faz dentro do parque tem que ser planejado e aprovado pela comissão do Plano de Uso e Ocupação, além do Iphan”, explicou.

Todi Moreno defendeu a necessidade de projetar o futuro do espaço, com planejamento de longo prazo. “Está na hora de a gente pensar nos próximos 50 anos. A gente precisa planejar para os nossos filhos, para os nossos netos”, disse. Ele citou melhorias realizadas e previstas. “O primeiro passo foi a reforma dos banheiros e a troca da iluminação por LED. E eu posso garantir que nós teremos um parque transformado. Podem preparar a roupa de vocês, porque vocês vão pular na piscina de ondas novamente”, garantiu.

O amanhã

Ao tratar do planejamento urbano como compromisso coletivo, a arquiteta e urbanista Ivelise Longhi, diretora-executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do DF (Codese/DF), defendeu a atuação conjunta entre Estado e sociedade. “Brasília não é apenas um patrimônio do passado. É uma responsabilidade com o futuro. Cidades não são feitas de concreto, são feitas de experiências humanas”, afirmou.

Um dos pontos centrais de sua fala foi a necessidade de romper com a visão limitada que restringe a capital ao Plano Piloto. Ivelise enfatizou que a “Brasília real” engloba as 35 regiões administrativas e a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (Ride). Para ela, ignorar essa complexidade é ignorar a potência e as carências da metrópole. “Quem mora em Taguatinga, no Gama ou em Ceilândia precisa se sentir representado. Precisamos de uma visão territorial ampliada que reconheça o Entorno como parte da solução, especialmente em questões críticas como a mobilidade urbana”, pontuou.

A urbanista destacou o novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) como ferramenta essencial para repositonar a cidade até 2040. A estratégia proposta por Ivelise envolve o fortalecimento de centralidades urbanas — áreas multifuncionais que integrem moradia, emprego e lazer, reduzindo a necessidade de grandes deslocamentos. “O isolamento não pode se refletir na cidade. Precisamos reocupar, reativar e reequilibrar os espaços ociosos com muita responsabilidade, aproximando o trabalho das pessoas”, explicou a diretora do Codese/DF.

Nesse contexto, Ivelise introduziu o conceito da Agenda da Felicidade, diretriz promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) que coloca o bem-estar humano no centro das políticas públicas. Segundo ela, o desenvolvimento não deve ser medido



Está na hora de a gente pensar nos próximos 50 anos. A gente precisa planejar para os nossos filhos, para os nossos netos”

Todi Moreno, administrador do Parque da Cidade



Cidades não são feitas de concreto, são feitas de experiências humanas”

Ivelise Longhi, diretora-executiva do Codese-DF



A pessoa precisa ter opção para escolher o mercado legal, com segurança jurídica e infraestrutura planejada”

Celestino Franco Junior, presidente da Ademi-DF



Inovação não tem a ver só com incorporação de tecnologia. Inovação tem a ver com boas práticas de gestão”

Thiago Trindade, professor da UnB



Não há cidadania sem o direito à cultura e ao patrimônio”

Deyvesson Gusmão, presidente do Iphan

apenas pelo PIB, mas pela eficiência dos serviços básicos e pela capacidade da cidade de acolher seus cidadãos. “Inovar vai além da tecnologia. É planejar com foco nas pessoas, buscando uma metrópole mais integrada, diversa e resiliente”, defendeu.

A diretora apontou a urgência de uma nova matriz econômica para o DF, defendendo que Brasília pode e deve conviver com indústrias modernas e sustentáveis, desde que implantadas de forma correta. Para Ivelise, essa transformação só será plena com a governança colaborativa. “A cidade só muda quando a população se reconhece como protagonista, participa dos conselhos locais e entende que sua fala vale muito. O aprendizado da participação é o que garante políticas de Estado duradouras”, reforçou.

Diversidade

Ao analisar o papel do mercado imobiliário no crescimento urbano, o presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi-DF), Celestino Fracon Júnior, defendeu a ampliação da diversidade de moradias. Segundo

ele, a medida é essencial para atender às diferentes faixas de renda da população. “Temos que construir imóveis para todo o perfil de renda. As cidades acabam sendo vocacionadas por essa característica”, afirmou.

Ele explicou que o mercado imobiliário local segue uma lógica diretamente ligada à renda e à localização das regiões administrativas. Áreas mais afastadas do Plano Piloto tendem a concentrar empreendimentos voltados à população de menor renda, enquanto regiões mais centrais e valorizadas abrigam imóveis de médio e alto padrão. Para Fracon, essa configuração não é fruto de um planejamento isolado. “A estratificação não nasce de um plano único, mas de um processo histórico e econômico que molda o crescimento da cidade”, destacou.

Outro ponto central abordado foi o combate à ocupação irregular de terras, considerado um dos principais desafios para o ordenamento urbano do Distrito Federal. O presidente da Ademi-DF reforçou a necessidade de enfrentar essa prática com políticas eficazes e alternativas viáveis de moradia. “É uma cultura que precisa ser

enfrentada. Precisamos mostrar alternativas para que esse problema seja combatido de forma efetiva”, disse.

Fracon defendeu a ampliação da oferta de lotes legalizados como medida essencial para conter novas ocupações irregulares. Ele lembrou que o DF possui déficit habitacional superior a 100 mil moradias e grande parcela da população deseja adquirir imóvel próprio. “A pessoa precisa ter opção para escolher o mercado legal, com segurança jurídica e infraestrutura planejada”, disse. O dirigente ressaltou que o planejamento urbano, aliado ao cumprimento da legislação e à expansão organizada, pode impulsionar a economia, gerar empregos e garantir desenvolvimento sustentável para a capital.

Políticas urbanas

Pensando na dimensão social do desenvolvimento urbano, o professor de ciência política da Universidade de Brasília (UnB) e coordenador do Observatório das Metrópoles em Brasília, Thiago Trindade, defendeu que o combate à desigualdade deve ser prioridade. “Eu entendo que o nosso

maior problema não está na corrupção, não está na burocracia, não está na ineficiência, na má gestão. Ele está na desigualdade social”, afirmou.

Pesquisador da área de planejamento urbano há mais de 20 anos, Trindade destacou que a questão social impacta diretamente outros desafios das cidades, como a ocupação irregular do solo. “Enquanto nós não tivermos políticas públicas fortes o suficiente para combatermos a desigualdade social nesse país, as camadas trabalhadoras de baixa renda vão continuar ocupando o solo de forma ilegal ou irregular. Elas não fazem isso porque elas querem. Elas fazem isso justamente pela falta de opção”, destacou.

O professor destacou a política de tarifa zero no transporte público como exemplo de medida estruturante. “A tarifa zero, no fundo, é uma política de incentivo ao empreendedorismo popular”, afirmou, ao explicar que o impacto vai além da mobilidade urbana. “O efeito mais direto é no bolso das famílias”, afirmou.

O professor adiantou resultados preliminares de um estudo em andamento sobre os impactos

econômicos da medida. “Mais de R\$ 50 bilhões poderiam ser injetados na economia brasileira se fosse adotada uma política nacional de tarifa zero”, afirmou, destacando que o cálculo considera apenas as capitais e regiões metropolitanas, o que ampliaria ainda mais o potencial impacto.

Ele questionou o modelo adotado em muitos casos, baseado em soluções tecnológicas caras e pouco inclusivas. “Será que existe coisa mais inteligente do ponto de vista do planejamento urbano do que permitir que todas as pessoas tenham liberdade de circulação, liberdade de locomoção?”, provocou. “Inovação não tem a ver só com incorporação de tecnologia. Inovação tem a ver com boas práticas de gestão”, completou.

Patrimônio cultural

Ao encerrar o debate, o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Deyvesson Gusmão, destacou o papel do patrimônio cultural na construção da identidade e da cidadania em Brasília. “Quando falamos de patrimônio, falamos de valor e de sentido, de aquilo que representa as pessoas e suas histórias”, afirmou.

Deyvesson ressaltou que refletir sobre a capital é participar ativamente de seu processo de desenvolvimento. Ele destacou a importância de ampliar o olhar para além dos bens tombados, como o Plano Piloto, reconhecendo as manifestações culturais e os modos de vida presentes nas diferentes regiões administrativas. Para ele, essas referências são fundamentais para fortalecer o sentimento de pertencimento da população.

O presidente do Iphan reforçou o papel do patrimônio cultural na promoção da cidadania e na garantia de direitos. “Não há cidadania sem o direito à cultura e ao patrimônio”, destacou. Segundo ele, a valorização de diferentes territórios e grupos sociais contribui para a reparação histórica, dando visibilidade a comunidades que, ao longo do tempo, foram invisibilizadas.

*Estagiária sob supervisão de Tharsila Prates